

**EDILSON SANTANA GONÇALVES FILHO
JORGE BHERON ROCHA
MAURILIO CASAS MAIA**

CUSTOS VULNERABILIS

**A DEFENSORIA PÚBLICA E O EQUILÍBRIO NAS
RELAÇÕES POLÍTICO-JURÍDICAS DOS VULNERÁVEIS**

**APRESENTAÇÃO
PEDRO LENZA**


EDITORA
CEI

Sumário

Apresentação 3

Nota à 1ª Edição 12

Agradecimentos..... 13

Capítulo I

Assistência Jurídico-Defensorial: do Brasil-Colônia ao presente18

1.1. Brasil colônia e Brasil Imperial18

1.2 O Brasil republicano e a legislação anterior à Constituição de 1988 20

1.3 Os debates constituintes (1987-1988) e o modelo constitucional de assistência jurídica 25

1.4 A Defensoria Pública pós-1988 no texto constitucional e na lei orgânica nacional 35

1.4.1 Reflexos evolutivos nas funções e no conceito de necessitado.....41

1.5 Os pactos republicanos e a Defensoria Pública..... 44

1.6 Dez anos: da EC nº 45/2004 até a EC n. 80/2014 45

1.7 O nascimento da expressão “*custos vulnerabilis*” 49

Capítulo II

O Custos *Vulnerabilis* e uma contextualização político-democrática 52

2.1 O constitucionalismo entre a limitação do poder estatal e a garantia de direitos..... 52

2.2 A Defensoria Pública como modelo-público constitucional de assistência jurídica (1988)..... 55

2.2.1 O modelo constitucional de assistência jurídica do Brasil como paradigma internacional..... 56

Capítulo III

Custos Vulnerabilis: Teoria e Fundamentações 59

| | |
|--|----|
| 3.1 A missão constitucional-defensorial: defesa emancipatória dos vulneráveis | 59 |
| 3.2.1 A noção de vulnerabilidade e sua importância..... | 61 |
| 3.2.2 Determinantes de vulnerabilidade..... | 66 |
| 3.2.3 As 100 Regras de Brasília | 68 |
| 3.3 Custos <i>vulnerabilis</i> : acepções da palavra | 69 |
| 3.3.1 O uso do latim como licença pedagógico-jurídica | 70 |
| 3.3.2 Custos <i>Vulnerabilis</i> como especificidade do “defensorar” | 71 |
| 3.3.3 A recepção doutrinária do <i>custos vulnerabilis</i> | 72 |
| 3.4 Fundamentos normativos | 76 |
| 3.4.1 Justificação constitucional | 76 |
| 3.4.2 Justificação histórica | 77 |
| 3.4.3 Teoria dos poderes implícitos | 78 |
| 3.4.4 Base interventiva processual civil..... | 79 |
| 3.4.5 Ações Possessórias Multitudinárias | 80 |
| 3.4.6 Formação de precedentes, casos repetitivos e relevantes | 81 |
| 3.4.7 Base interventiva no Processo e Execução Penal..... | 81 |
| 3.4.8 Processos envolvendo interesses das crianças e adolescentes ... | 83 |
| 3.5 Natureza jurídica: intervenção de terceiros constitucional, atípica e móvel..... | 83 |

Capítulo IV

Posições Processuais Dinâmicas (PPD) das Defensorias Públicas..... 85

| | |
|--|----|
| 4.1 Representação postulatória | 87 |
| 4.2 Legitimidade extraordinária defensorial | 87 |
| 4.2.1 <i>Amicus Communitatis</i> e colisão de grupos vulneráveis | 88 |
| 4.3 Intervenção <i>iussu iudicis</i> da Defensoria Pública | 89 |

| | |
|---|-----------|
| 4.4 Intervenções anômalas | 90 |
| 4.5 <i>Amicus curiae</i> | 91 |
| 4.5.1 Distinguindo <i>custos vulnerabilis</i> e <i>amicus curiae</i> por meio da Defensoria Pública | 91 |
| 4.6 Curadoria Especial..... | 93 |

Capítulo V

Custos *Vulnerabilis* no Direito Processual Penal: uma intervenção pró-defesa

| | |
|---|-----|
| 5.1 Posições processuais penais da Defensoria Pública | 95 |
| 5.2 A origem do defensor público como órgão da Procuradoria de Justiça e a Procuratura dos vulneráveis..... | 96 |
| 5.3 Luigi Ferrajoli e o atuar complementar da intervenção defensorial.... | 97 |
| 5.3.1 Uma intervenção vinculada à defesa no Processo Penal..... | 100 |

Capítulo VI

Evolução do tema nos Tribunais.....

| | |
|---|------------|
| 6.1 Direito Processual Civil & <i>custos vulnerabilis</i> | 104 |
| 6.1.1 TJ-SP e TJ-RJ: o <i>custos vulnerabilis</i> em ACP's do Ministério Público... | 104 |
| 6.1.2 TJ-PR e a intervenção em possessórias multitudinárias como garantia dos vulneráveis..... | 106 |
| 6.1.3 TJ-SC, <i>tempus regit actum</i> e a nulidade por ausência do <i>custos vulnerabilis</i> | 107 |
| 6.1.4 TJ-RS e TJ-MG: e a legitimidade recursal do <i>custos vulnerabilis</i> diante do prejuízo às “pessoas em situação de vulnerabilidade” | 108 |
| 6.1.5 TJ-AM e TJ-CE: os poderes recursais do <i>custos vulnerabilis</i> e teoria dos poderes implícitos em ações possessórias | 110 |
| 6.2 Direito Processual Penal & <i>Custos Vulnerabilis</i> | 113 |
| 6.2.1 TJ-CE: o direito à sustentação oral e à juntada de documentos do <i>custos vulnerabilis</i> | 113 |

| | |
|--|-----|
| 6.2.2 O TJ-CE e legitimidade para HC como interveniente – órgão penal (<i>custos vulnerabilis</i>)..... | 113 |
| 6.2.3 O TJ-AM e as intervenções do DPG em Revisões Criminais..... | 114 |
| 6.3 STF, STJ e democratização processual via <i>custos vulnerabilis</i> | 117 |
| 6.3.1 O STJ e a cláusula geral de intervenção pró-vulnerável (LC n. 80/1994, art. 4º, XI): uma intervenção “inominada” (AgInt no REsp 1729246/AM)... | 117 |
| 6.3.2 O STJ e o <i>custos vulnerabilis</i> em Recurso Repetitivo (REsp nº 1.712.163) | 119 |
| 6.3.3 O STF e o HC Coletivo n. 143.641: da intervenção de terceiro (“inominada”) da DPU à assunção do polo ativo..... | 120 |

Conclusões121

Referências..... 123